

Relatório do Pilar I Gestão Macro-económica e Pobreza

1. Contexto de Crescimento e Estabilidade Macroeconómica

O desempenho da economia no 1º semestre de 2007 revela que se está no bom caminho para atingir as metas do PES no final do ano. A estimativa preliminar do valor bruto de produção global indica um crescimento de 8,8% no 1º semestre 2007, face ao homólogo período em 2006 (BdPES 1º Semestre 2007). A meta de crescimento estabelecida para o ano é fixada em 7,2%. Os factores negativos como inundações, estiagem, ciclone Favio, as explosões do Paiol e a criminalidade não foram suficientes para reverter a tendência positiva. A taxa de inflação média de 12 meses de Moçambique (Maputo, Beira e Nampula) de 9,36% está acima da programada para 2007 (5,9%), mas revela uma tendência decrescente desde os 13,58% em Dezembro 2006. A inflação acumulada até Junho 2007 para a cidade de Maputo foi 3,7%. Na área monetária, o saldo das reservas internacionais líquidas situou-se em 1.314 milhões de USD, garantindo uma cobertura de 4,7 meses de importações de bens e serviços não factoriais, ligeiramente acima da meta anual do PES de 4 meses.

2. Execução Orçamental

Tem havido uma melhoria notável no formato, qualidade e quantidade de informação contida no REO. Ao nível da despesa, a taxa de execução global do 1º semestre foi de 38,1% (abaixo dos 44,4% do 1º semestre de 2006) devido principalmente à baixa execução da componente externa, causada pelo baixo nível de desembolso de alguns fundos externos e por dificuldades de informação dos projectos. Há que salientar que a componente externa no Orçamento cresceu consideravelmente este ano: 2005:13.239 2006:15.221 2007: 24.504 (mo Mtn). A taxa de execução da componente interna cresceu por 33,5%.

Houve uma execução muito acelerada das despesas correntes no MISAU (77%), para substituir os fundos externos não desembolsados. Execução nos sectores prioritários foi de 59,4% (Saúde+ Educação: 57,2%). Embora 2006 foi o primeiro ano de funcionamento do OIIL e isso criou algumas dificuldades, a taxa de execução em 2007 não melhorou em alguns distritos, e portanto a taxa global dos OIIL foi mais baixa este ano (40,9% vs 42,5%).

O grupo de trabalho sobre “procurement” concluiu que o orçamento da UFSA está com uma execução satisfatória. Esta análise inclui os fundos externos que permitiram uma execução do plano de actividades sem interrupções por razões de orçamento. A UFSA ficou de mandar um relatório sobre as actividades implementadas em relação ao plano de actividades aprovado para 2007. O Fundo Comum do SISTAFE já começou a ser parcialmente executado on-CUT e servirá como piloto no uso do CUT de multi-moeda a partir de Outubro 2007. A execução orçamental do Fundo comum de SISTAFE foi reportado no REO.

Em relação às receitas, verificou-se no primeiro semestre um nível de execução do total de receitas cobradas de 47,9% e um crescimento real de 24,2%¹, ambos melhores que em igual período de 2006. O valor cobrado de receita é em cerca de 7% superior ao estimado para o semestre. Nota-se melhor desempenho em quase todas as componentes da receita, excepto nos impostos sobre bens e serviços nas operações externas e nas receitas próprias. Este desempenho parece estar essencialmente associado a melhorias na administração da colecta e mecanismos de controlo. O nível mais alto de execução verificou-se, como em 2006, nos impostos sobre o rendimento, e em taxa de crescimento nas receitas de capital e nos impostos sobre o rendimento.

¹ Nível de crescimento baixa para 19% se excluídas receitas extraordinárias por transferência de fundos da CVRD.

Houve fraco desempenho nas receitas próprias (decrecimento em 34%), essencialmente devido a atraso na comunicação de cobranças de receitas pelos sectores, contuando a ser uma preocupação. Na área do SISTAFE, uma proposta de uma aplicação integrada na área de colecta tributária ('e-tributação') tem sido preparado conjuntamente por UTRAFE, ATM and DNT, está sendo discutida.

3. Desempenho no Primeiro Semestre de 2007

3.1. Indicadores e Metas

Indicador no 1: N° de Províncias com OPP's realizados

Durante o periodo em análise foram realizados 3 observatórios da pobreza provinciais (Inhambane, Gaza, Zambezia) e 1 de nível central, o que sugere que a meta será alcançada.

Indicador no. 2: Execução orçamental.

Foi concluído que a monitoria do indicador ao longo do ano será feita na base das informações contidas no REO, quer sobre a situação da coerência a nível de despesa total quer sobre a situação nos sectores prioritários, através de uma comparação entre as diferentes dotações e os valores executados no período.

Indicador No. 3: Alocação do OE em linha com CFMP.

Foi concluído que é preciso explicar o que significa 'estar em linha com'. A proposta e o seguinte (para incluir na nota técnica): A alocação no OE por sector vai ser considerado em linha com o CFMP quando a diferença não e mais do 5% (OE entre 95% e 105% do CFMP). Para os sectores onde a diferença seja maior é preciso uma análise e diálogo qualitativo para avaliar a meta.

Indicador No. 4: PETS

Chegou se a conclusão que o progresso até a data actual é lento. O estudo PETS na área da educação nem será concluído e disponível até a data da Revisão Conjunta de 2008. Porém, a meta para 2007 ainda pode ser atingido dependente do progresso do Governo na preparação do PETS em 2007 e no trabalho do campo efectivamente em curso até a data da Revisão Conjunta de 2008.

Indicador 5: SISTAFE

Progresso indica que a meta seja atingida até o fim do ano.

Indicador 6: Receitas

Nota-se progresso geral positivo na colecta de receitas com possibilidade de atingir a meta de 2007, sendo a receita cobrada estimada em 6,9% do PIB no I semestre. Houve também progressos na consolidação da ATM e processo de reforma em geral.

Indicador 7: Procurement

A ultima actualização do plano de acção da reforma do procurement foi feita nos meados do 2006 e assim mostrou-se dificil durante o MYR de fazer o acompanhamento deste plano na base do plano de acção existente.

Indicador 8: Controlo Interno

Podemos notar que apesar da aprovação tardia do plano trienal do subsistema e de dificuldades no suporte financeiro às actividades do primeiro semestre, os órgãos de controlo interno estão a ser criados, e a meta para o ano 2007 poderá ser alcançada."

Indicador 9: Auditoria Externa

Durante o primeiro semestre de 2007 o Tribunal Administrativo aprovou 129 relatórios de auditoria financeira e 20 relatórios relacionados com auditorias a obras, pelo que podemos notar que a meta para 2007 já foi alcançada.

Indicador No. 10: % do OE transferido para os diferentes níveis ver a tabela a seguir:

Execução da despesa total segundo o REOII 2007 (excluindo as operações financeiras)					PAF 07
	OE 07		Execution BER-II		
Central	47.091	72,3%	15.980	65,8%	
Provincial	15.584	23,9%	7.353	30,3%	37,70%
Distrital	1.937	3,0%	683	2,8%	3,36%
Autárquico	510	0,8%	282	1,2%	0,84%
	65.122	100%	24.298	100%	

b) Desempenho em Relação aos Outros Assuntos (incluindo os de atenção especial)

Em seguimento de AM da Revisão Conjunta deste ano, já está em curso a execução pelo GT PAMS de um estudo visando estabelecer a ligação dos Estudos de Pobreza, a elaboração de políticas e Afectação de Recursos Públicos, que vai trazer recomendações nesta área até o fim do ano. Está em curso um outro estudo sobre o Ciclo de Planeamento, M&A que também tem em vista trazer algumas recomendações no sentido de melhorar a qualidade do PES e seu balanço envolvendo também a própria calendarização do ciclo de planificação. (Assunto de atenção especial No.1 e 11).

Em relação a componente externa, a lista dos projectos não foi devidamente actualizada (Mapa V-4 do REO). Apesar do esforço dos parceiros por manter actualizada a ODAMoz e a tentativa do Governo de usa-la como base para os fundos externos a serem incluídos no OE 08, este processo não funcionou correctamente. Uma parte dos Fundos Comuns e alguns projectos já estão sendo executados através do CUT, mas esforços mais focalizados serão necessários para poder aumentar este número. O guião para facilitar a inclusão dos projectos financiados pelos parceiros no CUT foi emitido em Maio 2007, e aspectos específicos de implementação (como auditoria e saldos) estão sendo discutido. A abertura de algumas contas bancárias separadas em divisas no CUT (CUT multi-moeda) foi adiada até os fins do Setembro 2007, quando estarão estabelecidos algumas experiências pilotos, incluindo o Fundo Comun do SISTAFE e o Fundo Comun Aguas. (Assunto no. 9)

No que diz respeito ao aumento da inclusão de receitas próprias no orçamento, em particular as receitas de exploração de recursos naturais, verificaram-se alguns progressos mas também continuam desafios, em particular: i) a orçamentação para 2008 inclui classificação de impostos de recursos naturais (sobre produção de petróleo, minas, prospecção mineira); ii) é necessária uma orçamentação mais abrangente e melhor informação sobre a execução e qualidade de informação dos sectores; iii) foi introduzido um módulo de previsão de receitas próprias em ligação com execução, para manter maior nível de contabilização de receitas próprias; iv) foi iniciado um processo diálogo intersectorial sobre gestão e exploração de recursos naturais. (Assuntos Nos. 5 e 10)

Em face do desafio de aumento das receitas internas, como corolário da integração regional da SADC, tem-se verificado esforço da administração tributária para melhorias na capacidade de administração e controle para aumento da mobilização de receitas internas.

Em relação à gestão dos pagamentos do IVA em dívida em projectos de investimento com financiamento externo, nota-se : i) orçamentação melhorada em 2007 e redução de acumulação de dívidas; ii) iniciada a auditoria sobre dívida de IVA; iii) verifica-se a necessidade de maior coordenação entre DNO, DNP e ATM para evitar a possibilidade de respostas contraditórias da parte do Governo para solução do problema (que parece ser uma preocupação a emergir mais recentemente). Sobre a opção técnica proposta pelo governo de financiamento total dos projectos pelos doadores (incluindo os impostos), o grupo dos Parceiros de Ajuda Programática (PAPs) iniciou processo de discussão sobre esta proposta, com vista a elaborar uma posição conjunta a ser submetida às suas respectivas sedes e fóruns de coordenação internacional de ajuda para o desenvolvimento. Foi também proposta a inclusão de um indicador para a matriz de desempenho dos PAPs para avaliar o progresso nesse sentido.

Estão em curso acções preparatórias em cooperação com o Subsistema do Controlo Interno e para a integração do sistema do património no e-SISTAFE, e acções concretas como auditorias sistemáticas de procurement estão previstos a partir do 2008. De momento uma avaliação do desempenho do sistema de procurement com resultados significativos não é possível com os meios e instrumentos disponíveis.

O recenseamento dos funcionários públicos foi realizado, e a UTRAFE está a colaborar com outras entidades relevantes (AMFP, TA, DNO and DNCP) para validar os dados e subsequentemente para estabelecer um sistema com vista a manter a base de dados e facilitar o pagamento dos salários através de execução orçamental directa. (Assunto No. 8)

Notou-se que o CFMP está a melhorar continuamente e o CFMP será analisado, junto ao OE 08, após a Revisão Semestral. É de louvar a iniciativa de introduzir Orçamento Por Programas em 3 sectores piloto (Estradas, Agricultura e Educação) para o OE 2008 e está em progresso o trabalho sobre a introdução dos classificadores baseada na estrutura do PARPA, e assim contribuirá na melhoria de monitoria da implementação deste. Espera-se o diálogo sobre as implicações, por exemplo o formato do orçamento, gestão, e monitoria do desempenho.

No que diz respeito a qualidade do PES/BdPES é importante realçar as discussões levadas a cabo pelo MPD que culminaram com a realização de um seminário que discutiu a estrutura do PES e melhoramento do seu conteúdo e do próprio Balanço o que de algum modo já se reflecte no BdPES semestral de 2007. (Assunto No 11.)

Outras Questões e Propostas para 2008:

O IAF está planificado para o biénio 2008-2009 e os dados deste inquérito poderão estar disponíveis no momento da avaliação do PARPA. No entanto, o Inquérito Demográfico e de Saúde só vai ser conduzido em 2010, o que implicará a não disponibilidade de alguns dados importantes para a avaliação final do PARPA II. O PAMS propõe o estabelecimento de uma equipa técnica com o objectivo de identificar uma solução viável para ultrapassar este constrangimento.

O PAMS considera o indicador corrente, "*Nº de Provinciais com OPP's realizados*", não suficientemente abrangente de modo a captar algumas variantes importantes para monitorar o progresso da pobreza. Para tal trabalhar-se-á, após a RS, no sentido de produzir uma proposta adequada e garantir que esta preocupação seja integrada na próxima Revisão Conjunta.

O MPD tem estado a realizar estudos sobre a pobreza cobrindo várias dimensões, todavia, verifica-se a necessidade de criar um sistema mais eficaz para fazer a Monitoria e Avaliação da Pobreza anualmente, tarefa esta que pode-se concretizar através do seguimento de uma amostra/painel numa base anual uma vez que o IAF fornece o índice de incidência da pobreza

apenas de cinco em cinco anos. Ademais, propõe-se que o PES/BdPES apresentem informação sobre a análise e monitoria da pobreza.

Acerca do plano de acção da reforma do procurement notou-se que este plano precisa urgentemente duma actualização e recomendou-se de aplicar o método de avaliação de sistemas nacionais de procurement que a OCDE oferece para garantir a aplicação de padrões internacionalmente reconhecidas.

**Pilar I: Macroeconomia e Pobreza
Indicadores e Metas 2008**

Area	Indicador	Meta 2008	Meta Indicativa 2009	Meta Indic 2010	Comentários	No. Ind
PAMS	No de Provincias com OPPs realizados	11	11	11	Indicador não adequada - precisa componente qualitativa	1
PFM	Despesa agregada como % do OE	95% e 105%	95% e 105%		NT a ser actualizada	2
	Alocação no OE em linha com CFMP	X	x	x	NT a ser actualizada	3
	PETS executada numa base bi-anual	Plano de implementação acordado baseado nos resultados e conclusões do PETS na área de educação				4
	Execução directa do orçamento através do SISTAFE	90% do EO das UGE's em bens, serviços e investimento através de EO directo	90% do EO das UGEs em bens, serviços, investimento, salarios e pensões através de EO directo			5
	Receitas totais em % do PIB	15,5% do PIB	16,0% do PIB	16,5%	NT a ser actualizada.	6
	Sistema de procurement operacional	X	x	x		7
	% de órgãos de nível central e provincial com unidades de controlo interno em funcionamento	65	100			8
	<i>Cobertura do OE auditado pelo TA conforme as normas técnicas do INTOSAI e segundo a legislação Moçambicana</i>				Indicador precisa ser confirmada	9
Governação	% do OE transferido para: - provincias - distritos - autarquias				Meta precisa ser confirmada antes do fim da RS junto com GT descentralização *ver tabela em baixo	10

OPPs = Observatorio Provincial da Pobreza

EO = Execução Orçamental

*** Indicador no 10:**

De acordo com o CFMP 2008-10, a distribuição da despesa total (excluindo as operações financeiras) será a seguir:

	2008		2009		2010	
Central	63994,69	77,75%	64091,37	73,98%	73031,79	74,76%
Provincial	15306,42	18,60%	19155,66	22,11%	20907,16	21,40%
Distrital	2306,96	2,80%	2519,03	2,91%	2750,59	2,82%
Autarquico	697,91	0,85%	864,37	1,00%	995,44	1,02%
	82305,98	100%	86630,43	100%	97684,98	100%

Auditorias de desempenho:

Parágrafo sobre a auditoria de desempenho no sector das águas para o Aide Memoire

A auditoria de desempenho no sector das águas, entregue ao sector com atraso no primeiro trimestre de 2007, identificou assuntos chaves para o sector, nomeadamente a gestão descentralizada das águas, os problemas com o reembolso da IVA, os modelos de custo e as formas de financiamento. Depois de alguns atrasos na entrega do relatório e na reacção do lado do sector, em Abril, um plano de recomendações sobre estes assuntos foi elaborado pelo sector e aprovado pelos parceiros. Este plano está sendo levado a cabo e irá resolver parte destes assuntos considerados chaves para todos os actores envolvidos no sector das águas. A Inspeção Geral das Finanças está acompanhando as recomendações. Nesse sentido e para além dos atrasos que caracterizaram o processo, a auditoria de desempenho é julgada ser um instrumento útil para melhorar o desempenho no sector.

Parágrafo sobre a auditoria de desempenho no sector de justiça para o Aide Memoire

A auditoria de desempenho no sector da justiça se encontra na fase da conclusão do estudo preliminar. A equipa de auditoria composta pelo IGF e KPMG tem enfrentado vários constrangimentos, para além da complexidade do sector em relação às áreas onde foram realizadas auditorias de desempenho no passado. A equipa de auditoria tem feito grandes esforços para criar um ambiente favorável e relações com o sector, sem as quais seria impossível produzir um trabalho com a qualidade desejada. Estes esforços estão demonstrando resultados, e o trabalho de campo pode iniciar assim que o estudo preliminar tenha a sua aprovação. O estudo preliminar será submetido pelo consultor para sua aprovação pelo task force até dia 13 de Setembro de 2007. Estes constrangimentos portanto, tem influência na previsão do termino da auditoria. A conclusão da auditoria fica prevista para 31 de Dezembro de 2007 e o relatório aprovado poderá ser apresentado na Revisão Conjunta em Março 2008. Por parte da IGF medidas estão tomadas para que o trabalho conjunto seja o mais eficiente possível.